



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 529, DE 2022

(Do Sr. Alexandre Frota)

Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para garantir a criança e ao adolescente a retirada de seus nomes de qualquer site de informações ou notícias e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4306/2020.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº DE 2022

(Deputado Alexandre Frota)

Altera o artigo 6º da

Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para garantir a criança e ao adolescente a retirada de seus nomes de qualquer site de informações ou notícias e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Altera o artigo 6º da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, para inserir os parágrafos 2º e 3º que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º A criança e adolescentes vítimas ou testemunha de violência têm direito a pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.

§ 1º Os casos omissos nesta Lei serão interpretados à luz do disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e em normas conexas.

§ 2º A criança ou adolescente vítima de violência que tenha seus dados divulgados, por qualquer meio de comunicação, tem o direito de requerer tanto no Poder Judiciário quanto administrativamente, por meio de seus representantes, a





exclusão de informações pessoais de sites de pesquisa ou de notícias que possam causar constrangimentos, danos psicológicos, danos morais ou ainda danos materiais.

§ 3º Caso não sejam excluídos seus dados administrativamente o Poder Judiciário tem o dever de apenar o infrator com o máximo rigor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Indubitavelmente, a crescente expansão tecnológica vem construindo um cenário propício a diversas formas de comunicação, pesquisa e, conseqüentemente, benefícios sociais. Porém, ao passo que promove diversas inovações, também revela novos problemas jurídicos e sociais, tal como o atual desafio da proteção de dados pessoais, coletados cada vez mais a partir de ambientes virtuais.

À medida que o uso da tecnologia vem ganhando espaço no cotidiano de crianças e adultos, torna-se habitual a prática de consentir com a disponibilização de dados pessoais como uma forma de possibilitar a utilização de plataformas virtuais, tais como aplicativos, redes sociais e plataformas com as mais variadas finalidades. Tal realidade cria um cenário em que a necessidade de proteção aos dados do indivíduo passa a ser questionada.

Sabemos que o tratamento de dados pessoais já é por si só, um tema importante. E o que dizer sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes? Frente sua posição de vulnerabilidade, é algo que requer ainda mais atenção e cuidado.

A lei 13.431 de 4 de abril de 2017 busca proteger os direitos das crianças e adolescentes no seu teor, porém deve ser adaptada aos novos fatos que se avolumam quando as mesmas são vítimas de violência ou são testemunhas de fatos criminosos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP

Apresentação: 10/03/2022 11:31 - Mesa

PL n.529/2022

Inadvertidamente vem sendo comum à divulgação de dados pessoais das crianças e adolescentes pela imprensa e por sites de notícias ou em redes sociais, o que acaba causando um constrangimento maior às mesmas.

Ajustar a legislação às novas realidades sociais é obrigação do parlamento, que deveria ser dinâmico na elaboração e ajustes de leis vigentes, este é o intuito desta proposta legislativa, porém para que tenha efetividade deve ser votada com maior brevidade.

Como sabemos o abalo psicológico em crianças e adolescente, em regra, pode causar problemas que perduram em sua vida toda se não tiver uma estrutura psicológica que possa minimizar os efeitos do trauma causado.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em, de março de 2022

Alexandre Frota
Deputado Federal
PSDB/SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Frota
Câmara dos Deputados - Anexo IV - 2º andar - Gabinete 216 - 70160-900 Brasília -DF
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/> 10727446559100
Tel (61) 3215-5216 – Fax (61) 3215-2216 - dep.alexandrefrota@camara.leg.br



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS**

Art. 6º A criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência têm direito a pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.

Parágrafo único. Os casos omissos nesta Lei serão interpretados à luz do disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e em normas conexas.

**TÍTULO III
DA ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO
ESPECIAL**

Art. 7º Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

FIM DO DOCUMENTO